

O Brasil já deve ir preparando-se para depois da crise

Pedro Jorge Fontenelle
Barros (*)

Debate-se a economia brasileira em uma crise que se potencializa por sua inserção no pior impasse da economia internacional dos últimos cinqüenta anos.

A menção à crise internacional não significa desculpa retórica para minimizar a gravidade de nossos problemas, e sim definição crucial para a eventual solução.

Quer dizer que a solução deve ser encontrada, em primeiro lugar, internamente, embora reforçada e complementada com profundas reformulações externas.

A recessão, o desemprego, as elevadas taxas de juros, a semiparalisação do comércio internacional, o protecionismo das nações ricas, a desorganização do comércio do petróleo, os níveis de inflação de alta combustibilidade emolduram a insolvência generalizada do Terceiro Mundo, transformando-o em terreno favorável à nova guerra por mercados.

A política econômica "pode ser a continuação da guerra por outros meios".

O que as duas grandes guerras fizeram pela inovação tecnológica, na primeira metade do século, a atual crise econômica, em escala planetária, está sendo utilizada para executar, nas últimas décadas do atual.

perenizando-lhes a dependência.

Essa guerra rasga, por fim, espaços de comercialização, em termos de escala, para as tecnologias de ponta, como microeletrônica, telecomunicações, engenharia genética, química fina e biotecnologias.

A prioridade estratégica de abertura de mercados para as novas tecnologias deverá estar deslocando, para segundo plano, o reordenamento da economia internacional em novas bases, pela consistente queda de produtividade nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, na Inglaterra, na França e na Itália, de 1970 para cá.

O desmoronamento do sistema de Bretton Woods, iniciado com o cancelamento da livre convertibilidade do dólar em relação ao ouro, em 1971, e pela subsequente criação do euromercado, desdobrou-se, na área institucional, no enfraquecimento operacional do Fundo Monetário In-

ternacional, do Banco Mundial e do próprio Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Caberá ao Brasil, dentro desse quadro, definir, com clareza, o que ele fará com a crise, em termos de política econômica de longo prazo, que lhe permita, ao mesmo tempo, atravésá-la, resguardando as condições necessárias e suficientes para crescer na hora da retomada.

Trata-se, em outras palavras, de saber não só o que a crise fará ao Brasil mas também o que o Brasil fará com ela, em defesa de seu futuro como nação soberana.

A dinamização do nosso parque industrial tradicional, voltado para o mercado interno, constituirá ponto essencial nessa política.

Indispensável se torna, no entanto, para que essa medida seja tomada, que os juros internos sejam substancialmente reduzidos, objetivo apenas facilitado pelo início da desvin-

culação da correção monetária em face da correção cambial.

Essa providência é crucial para o realinhamento dos preços relativos e, simultaneamente, importante para a neutralização, talvez parcial, da perversidade dos atuais termos de troca do Brasil com o resto do mundo.

Essa medida contribuiria ainda para o fortalecimento da empresa nacional, desvinculando a economia brasileira do atrelamento total às oscilações da economia internacional.

Entre as medidas de caráter estrutural orientadas no sentido da queda de juros internos, urge que a dívida pública seja disciplinada, no curto prazo, pelo controle de despesas e emissões, como o governo já vem anunciando, e que seja desacelerado o seu crescimento, no médio e longo prazos, através de reforma tributária que aumente a arrecadação, além

de atender ao objetivo administrativo da descentralização em todas as esferas.

Ora, a par dos estudos sobre impostos indiretos, como o IPI, ICM e mesmo o IOF, vale analisar, com rigor, o Imposto de Renda das pessoas físicas.

O reestudo do Imposto de Renda agilizaria o processo de distribuição de renda no médio prazo — apoio ao mercado interno em formação — sem inibir o nível de investimentos.

Os impostos novos — debatidos no Congresso — incidentes sobre fortunas e heranças poderiam vir a ter suas alíquotas reduzidas, através de incentivos fiscais, para compra de ações ou de certificados de aplicações, administrados pelo governo.

A política salarial, embora atingida na taxa de produtividade, deverá ser respaldada por sindicatos fortes que negociem, em condições menos desiguais, os

novos patamares semestrais.

A reorientação de toda a estrutura econômica do País não poderia ignorar a conveniência de adequar o arcabouço agrário às necessidades da sociedade brasileira, em cada região, eliminando o que o presidente Figueiredo definiu como "grandes extensões improdutivas de terras".

No Brasil, respeitada embora a diversidade intrínseca de interesses entre empresários e trabalhadores, deverá haver a consciência de que, em benefício de todos, o próximo triénio só será atravessado, sem rupturas traumáticas, se se celebrar uma aliança dinâmica entre os principais segmentos da sociedade brasileira, com a repartição dos custos proporcionalmente à capacidade de cada um em suportá-los, a favor do conjunto.

(*) Consultor de empresas em São Paulo.

Os países subdesenvolvidos, arrastando pesadas dívidas, contribuirão, passivamente, para o êxito dessa guerra, cujo crescente acirramento permite imaginar o que poderá vir a ser o seu "momento culminante", no futuro imediato.

Essa guerra procura destruir as indústrias tradicionais, caudatárias de tecnologias já ultrapassadas, ao mesmo tempo que, através da recessão, adia, funestamente, os esforços de atualização tecnológica dos países dependentes,